



ACONTECE NO CAIS

Boletim
Informativo do
Sindicato
Unificado da
Orla Portuária
SUPORT-ES

04 de setembro de 2017
Cristiane Brandão Jornalista

Portuários vão fazer “Abraço ao Porto” contra a privatização da Codesa

Os portuários do Estado vão fazer um “Abraço ao Porto” contra a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) na próxima terça-feira, dia 5 de setembro. A classe trabalhadora vai realizar um ato simbólico de “abraço ao porto”, quando trabalhadores vão dar as mãos formando uma corrente humana em torno do porto, mostrando à sociedade a necessidade de união das categorias para defender o patrimônio público.

A partir das 7 horas, com concentração em frente ao prédio 4 da Codesa, o Sindicato Unificado da Orla Portuária (Suport-ES) — que representa os trabalhadores da companhia docas e portuários que atuam em outros terminais — vai se unir a mais 13 sindicatos, federações e centrais, além de trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas da Codesa, trabalhadores portuários avulsos, vinculados de terminais e trabalhadores em geral, para formar uma rede de apoio em defesa da companhia.

Em um carro de som, os militantes vão fazer um alerta para as consequências da privatização da maior empresa pública do Estado. Por volta das 8 horas, os trabalhadores vão começar a dar as mãos, sentido Ilha do Príncipe.

Participam, além do Suport-ES, os Sindicatos dos Estivadores, dos Arrumadores, dos Vigias, dos Amarradores e dos Conferentes, da Guarda Portuária do Espírito Santo (Sindguapor-ES), dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário (Aguasind), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), Federação Nacional dos Portuários (FNP), Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Federação dos Conferentes e Arrumadores, além da Associação dos Operadores Portuários (Aopes).

O número de participantes pode ser ainda maior, se os cerca de 3.800 portuários que atuam nos portos do Estado aderirem ao movimento, segundo o presidente do Suport-ES, Ernani Pereira Pinto.

“Convidamos toda a sociedade a participar deste ato e dizer não ao entreguismo do patrimônio público, que é do povo. Nós queremos não só a companhias docas, mas todas as empresas públicas superavitárias, capazes de gestão, dando retorno para a sociedade, e que não seja somente um curral eleitoral para aqueles que estão gestando a coisa pública”, destacou Ernani.



Ernani diz que experiências de privatização não trouxeram retorno para a sociedade

Para o sindicalista, houve depredação do patrimônio público, e as experiências de privatização não trouxeram retorno para a sociedade. “Não tem saúde, não tem educação, priora a cada ano. Não comporta mais esse discurso de que o privado é capaz e o público é incapaz porque há indicação política. Então privatizemos os políticos para que a gente tenha políticos de qualidade.”

O presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Guterra, fala sobre o modelo de gestão:

“Os portos nacionais seguem um modelo padrão mundial, onde o Estado detém o controle da atividade, através de várias atribuições que são tipicamente estatais. Portanto, não podemos perder o controle em cima dos nossos portos, principalmente o que sobrou da privatização de FHC, que são os espaços e áreas públicas nos portos de Vitória e Capuaba. Com a privatização, estaremos implantando um modelo portuário que trará monopólios e cartéis, fazendo com que cargas deixem de operar pelo nosso porto. Além disso, não podemos aceitar que trabalhadores concursados sejam demitidos”, alertou.

Vitória vai ser modelo de privatização para outros portos

Guterra afirma que entrega da Codesa aos empresários faz parte de um plano que servirá de modelo para outras privatizações no País



O presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Guterra, que acompanha as articulações políticas em Brasília sobre a privatização, afirma que a entrega da Codesa aos empresários faz parte de um plano que servirá de modelo para outras privatizações no País.

“Em Brasília, as especulações dão conta de que o governo já bateu o martelo, quer privatizar a Codesa de início, e depois desencadear o processo em todos os portos. Não há negociação, as ações estão sendo tratadas em nível de governo. E nós vamos resistir, estamos articulando uma aliança nacional no setor portuário e tentando ampliar para os aeroportos, Petrobras e o setor elétrico. Resistência não vai faltar”.

O presidente do Sindicato da Guarda Portuária do Espírito Santo (Sindguapor-ES), José Maria Loureiro de Castro, também acredita que o processo vai seguir em cadeia. “A ideia de privatização da maior companhia estatal capixaba é um laboratório bem mais amplo no contexto dos portos no Brasil, pois pretende atingir também a organização do trabalho portuário aqui no Estado, que sabemos que é modelo de gestão, eficiência e transparência. Portanto, falar da privatização da Codesa é adensar muitos ingredientes ao fato”.

Castro ressalta a insegurança nas fronteiras marítimas. “A privatização fragilizaria este controle e o colocaria em mãos de terceiros não alinhados com as políticas de soberania e haveria evasão de receitas e pessoas nos portos”.

Demissão

O presidente do Sindicato da Guarda Portuária do Espírito Santo (Sindguapor-ES), José Maria Loureiro de Castro, também ressalta preocupação com as demissões: “Para os guardas portuários, que também são empregados concursados da Codesa, a privatização significaria desemprego e o aviltamento da garantia dos concursos públicos. Somos um total de 336 empregados da Codesa, de alta capacitação profissional e detentores de enorme saber na área de portos, cujas expertises seriam desperdiçadas, além de anular a mediação própria da autoridade portuária nos diversos conflitos de interesses dos terminais e operadores portuários atuantes em sua área”.



Castro teme por demissões na Codesa com a privatização

Abraço ao Porto aconteceu pela primeira vez em 1990



Vinte e sete anos depois, a cena se repete: portuários e trabalhadores dão as mãos para defender a Codesa. Em 1990, o Movimento Nacional em Defesa dos Portos (MNDP) foi uma grande mobilização, quando o então presidente Collor propôs uma nova legislação portuária que modificou as questões institucionais, bem como toda a relação capital e trabalho.

O MNDP foi criado em Vitória, como parte de um processo de unificação de estratégia sindical, que teve papel estratégico e foi marcado por um grande “abraço ao porto público”.

“Foi uma época em que conseguimos unificar a luta e mostrar à sociedade a importância do porto capixaba para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado”, destacou o presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Guterra, que participou do movimento na década de 1990.

SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.

O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.

Acesse nosso site: www.support-es.org.br